

CIDADE PROSTITUTA: entre a territorialização e a segregação das mercadoras do sexo na cidade de Belo Horizonte-MG.

Alexandre Augusto Alvarenga
Professor do Instituto Federal de Minas Gerais, Campus Ouro Preto.
Mestre em Gestão social, Educação e Desenvolvimento Local
Especialista em Impacto e licenciamento Ambiental
Bacharel e licenciado em Geografia e Meio Ambiente
E-mail: alexandre4a@gmail.com

RESUMO

A segregação urbana socioespacial encontra-se, ao longo da história, ligada a fatores como religião, credo, cor, raça, status social, profissão, etc. Definindo as pessoas e territórios. Ela é evidente sobre as classes impactadas diretamente, como as prostitutas, dentre outros. Este grupo possui acesso restrito ou nulo aos serviços e bens sociais, assim como a espaços da cidade. A territorialização e desterritorialização dos espaços na metrópole pelo conflito entre a produção territorial da prostituição e a produção territorial do capital na cidade de Belo Horizonte constituem o objetivo principal desta pesquisa. Consiste no estudo sobre prostituição de rua, e a prostituição de hotéis na região central da capital mineira. O artigo é resultado de investigação bibliográfica científica, formal, documental, análise cartográfica temporal, entrevistas com instituições, público alvo e adjacentes, buscando apresentar desdobramentos sobre os impactos que a segregação urbana socioespacial causa na dinâmica da cidade de Belo Horizonte e seus cidadãos.

Palavras-Chave: Território, Espaço, Segregação Social, Prostituição e sua possível remediação.

1. INTRODUÇÃO

A segregação urbana socioespacial encontra-se ligada, ao longo da história. Ligada a fatores como religião, credo, cor, raça, etc. Não obstante, torna-se importante destacar que os fatores socioeconômicos (as classes sociais) também são de suma importância para definir as pessoas e os territórios. Na América Latina, este último é o mais comum, sendo predominante numa sociedade como a brasileira.

A dinâmica da segregação encontra-se caracterizada pela desigualdade existente na sociedade, de maneira generalizada. A efetivação deste fenômeno se dá de forma mais evidente sobre as classes impactadas diretamente, como moradores de aglomerados, mendigos, pedintes, garotos de rua, prostitutas, dentre outros. Estes grupos possuem acesso restrito ou nulo aos serviços sociais como cultura, saúde, educação, trabalho e outros, além de estarem restringidos a determinados espaços e territórios da cidade.

A territorialização e desterritorialização dos espaços na metrópole pelo conflito entre a produção territorial da prostituição e a produção territorial do capital na cidade de Belo Horizonte constituem o objetivo principal desta pesquisa. O destaque consiste no estudo sobre

prostituição de rua, na Avenida Afonso Pena e a prostituição de hotéis na Rua dos Guaicurus e adjacências.

A pesquisa se justifica pela necessidade de um melhor (re)conhecimento sobre as nuances da segregação espacial, a partir do estudo sobre a prática da prostituição em duas das principais vias da capital mineira nas quais é intensa a atividade comercial e há um grande número de moradias de classes média e alta. Não obstante, trata-se de um espaço no qual se realizam diversos eventos sociais de suma importância para a vida de Belo Horizonte.

2. ESPAÇO, TERRITÓRIO, SEGREGAÇÃO E O MERCADO DO SEXO

A Revolução Industrial iniciada no século XVIII tem transformado as configurações do espaço geográfico mundial de modo que novas relações de poder e, portanto, de territorialidade, são instituídas a cada momento de acordo com as necessidades do capitalismo. Com isso, as sociedades tornam-se cada vez mais complexas.

A perversidade disso reside em sua eficácia de organizar todo o sistema de produção de modo a concentrar sua multiplicação. O espaço geográfico foi envolvido nos processos de reprodução e acumulação de capital e as cidades tornaram-se inicialmente palco e, posteriormente, a própria matéria da qual o capitalismo se apropriou de diversas formas, buscando sua reprodução.

A cidade mudou no formato e no contexto. O sistema que gira em torno do capital alterou a visão humana do social e partilha a cidade em territórios segregados de residência, comércio, administração, dentre outros, e designa a distinção de territórios entre classes de consumo dirigido.

No entanto, antes mesmo de se desenvolver a concepção de território, destaca-se a concepção de Espaço. Segundo o geógrafo Milton Santos em sua obra intitulada “*Por uma geografia nova* (1978)”, o conceito de espaço é central, sendo compreendido como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações que estão acontecendo e manifestam-se através de processos e funções. “O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”. (Santos, p.122). Contudo o autor designa o espaço como fator e não exclusivamente como um reflexo social, determinando como uma instância da sociedade ao dizer: “(...) o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura

subordinada-subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia. (SANTOS, 1978, p. 145).” Portanto, o Espaço vai além da instância social, ele se dá na organização antrópica. O espaço social corresponde ao espaço humano, lugar de vida e trabalho. Já o espaço geográfico é organizado pelo homem vivendo em sociedade e, cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como *lugar* de sua própria reprodução.

Milton Santos (2005, p.256) fala sobre a formação do território e auxilia no processo do entendimento de como os espaços podem ser classificados e como a segregação urbana pode redimensionar e resignificar estes espaços. “O território pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas”.

O domínio do poder se concentra nas mãos daqueles que conseguem multiplicar o capital de modo mais rápido e menos dispendioso e, a partir daí, surge a preocupação de como os espaços da cidade são configurados, inventados, destruídos, reconstruídos.

A marginalização é uma das formas de reformulação dos espaços e territórios da cidade e inaugura a segregação urbana socioespacial. Segundo a urbanista Rolnik (1988), é importante observar que a segregação se impõe em nível da constituição de territórios separados para cada grupo social. Ela deixa claro essa divisão territorial urbana, contudo, essa reorganização não é feita pela sociedade como um todo, mas por um grupo dominante do poder que dispõe interesse nestes atos. Esta ideia também é defendida pelo arquiteto urbanista Flávio Villaça (2003, p. 341) que relata que “[...] a segregação é, portanto, aquela forma de exclusão social que apresenta uma dimensão espacial.” Além disso esse mesmo pesquisador afirma que “[...] segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjunto de bairros da metrópole. (VILLAÇA, 2001, p.142).

O autor ainda vai mais além, designando os vários tipos de segregação existentes, dentre elas pela etnia, nacionalidade e classes sociais. Villaça defende ser a última a que define a estruturação das metrópoles brasileiras. Este fenômeno brasileiro, segundo ele, pode ser observado na cidade de Belo Horizonte, através da sua dinâmica socioespacial.

A segregação é um processo inerente à reprodução de uma metrópole desigual, numa sociedade capitalista e conforme relata Villaça (2003, p.342) a segregação espacial

urbana atua, ainda, através da acessibilidade, ou seja, através das facilidades ou dificuldades de locomoção no espaço urbano: “Uns têm os equipamentos e serviços urbanos mais acessíveis, outros, menos acessíveis, entendendo-se acessibilidade em termos de tempo e custo de deslocamento no espaço urbano”, o que demonstra por muitas vezes a falta de acesso dos segregados ao uso da cidade e o acesso aos direitos ao uso dela, trazendo diversos conflitos sociais.

Rolnik (1988, p.48) explora a questão do conflito: “Do ponto de vista político, a segregação é produto e produtora do conflito social. Separa-se porque a mistura é conflituosa e quanto mais separada é a cidade, mais visível é a diferença, mais acirrada poderá ser o confronto”.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza determinadas ações) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN 1993, p. 143).

Raffestin (1993, p. 144) coloca que, “O território nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. “[...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. ” Se o capitalismo incidido com relação de poder em grupos e instituições, não seria diferente sobre o grupo que produz o mercado do sexo. Esta relação de poder do atual sistema econômico sobre o comércio de corpos, torna-se responsável pela territorialização do espaço.

O espaço preexiste a qualquer ação, no entanto, o valor dado pela prostituição no ato do seu trabalho e suas ações geram um poder investido no espaço, territorializando-o. Essa territorialização pode se dar pelas relações entre os que praticam a prostituição, pelas relações para com o cliente, com o comércio, com os transeuntes, com os residentes ou um todo. Essa territorialização se efetiva pelo valor de uso, ou utilidade do espaço.

Ao se projetar no espaço através de ações e comportamentos, a prostituição toma posse do que Raffestin denominou de códigos, de sistemas sêmicos, realizando, portanto, as objetivações do espaço, produzindo assim processos sociais.

Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo tem com uma

porção do espaço. A ação desse grupo gera de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação se dissolveria pura e simplesmente (RAFFESTIN 1993, p. 153).

Partindo da conceituação proposta por Raffestin, é possível afirmar que o grupo de indivíduos que mercantilizam o sexo, ou seja, as prostitutas, os michês e as travestis são produtores de território e o delimitam.

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 7-8)

Para o geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2003, p.11), o político e o cultural se mesclam na produção do território que se define a partir das suas relações de poder. E diz: “[...] todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN”. Diante dessa concepção de Souza, pode se dizer que as prostitutas e travestis produzem uma relação de poder que é exercida em um determinado espaço formando assim o território pela relação do trabalho, uso comercial, raízes culturais e identidade. Essas duas últimas são relatadas por Souza, que demonstra a mutabilidade territorial:

A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto.” (SOUZA, 2001 p. 84).

Souza (2001) relata em seus estudos que as grandes metrópoles modernas, diante de sua complexidade, demonstram o que ele chama de “territórios flexíveis”. De acordo com sua observação, a metrópole Belo Horizonte é detentora destes territórios flexíveis. Souza discorre sobre o território formado pela prostituição:

O território da prostituição feminina ou masculina (prostitutas, travestis, michês), onde os “outros” tanto podem estar no mundo exterior em geral (de onde vêm os clientes em potencial) quanto, em muitos casos, em um grupo concorrente (prostitutas *versus* travestis), com os quais se pode entrar em conflito. Estes territórios, comumente encontrados naqueles locais próximos ao *Central Business District* (CBD), que se convencionou chamar *blighted áreas*, áreas de obsolescência ou “espaços deteriorados”, muitas vezes [...] são “apropriados” pelo respectivo grupo apenas a noite. Durante o dia as ruas são tomadas por outro tipo de paisagem humana, típico do movimento diurno [...] (SOUZA, 2001, p. 88).

O mundo do exterior citado por Souza, é uma expressão que remete a existência de dois mundos, um formado pela sociedade em geral; o outro formado pelo mundo marginal,

também conhecido como submundo. A descrição do autor se encaixa a diversos panoramas de espaços territorializados pela prostituição na capital mineira.

O território, no entanto, não é formado apenas pela axiologia, mas pelo capital. O conflito de valores entre o capital e a prostituição para determinados espaços produz o conflito social desencadeando a segregação urbana socioespacial das profissionais do sexo.

A cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações. (LEFEBVRE, 1991, P. 110-111).

Lefebvre traz, nesta mistura, o fundamento do que é o social, do que forma a sociedade dentro da cidade. Contudo, a valorização de cada um destes fatores produz diferenciação entre eles e gera os espaços devido às suas significâncias. Lefebvre (1991) diz que a cidade se manifesta como um grupo de grupos. Dentro desta perspectiva, os detentores do poder dominam os grupos, através da organização política, produtiva, comercial e social, modelando os territórios da cidade.

Souza (2001) conceitua espaço social e emaranha o homem na interação com um espaço transformando a natureza através do trabalho, dizendo:

Sem dúvida, sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território e não só de um espaço econômico: é inconcebível com um espaço que tenha sido alvo da valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém. Assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda a espacialidade social (SOUZA, 2001, p.96).

Diante da perspectiva do geógrafo, a interação da prostituta e da travesti com o espaço dispõe a formação do território e também do espaço econômico.

A segregação social incidida sobre as prostitutas e travestis produz uma espécie de privação coletiva do social, gerando falta de identidade, miséria, inacessibilidade e, principalmente, discriminação, impossibilitando, inclusive, a representação pública deste grupo. Ao analisar o modelo de exclusão sofrido pelas profissionais do sexo, pode-se entender que a via passa pelas três dimensões apresentadas abaixo por Rattner. As prostitutas e travestis são marginalizadas, discriminadas, injustiçadas, e sofridas, sendo muitas vezes consideradas socialmente inferiores.

A exclusão pode ser analisada sob três dimensões: primeira, a dimensão material e objetiva da desigualdade social e econômica; a segunda refere-se à ética da injustiça social e dos preconceitos; e a terceira dimensão, subjetiva, de sofrimentos impostos a milhões de seres humanos (RATTNER, 1999, p.03).

A inclusão e a exclusão de indivíduos e grupos dos seus direitos à cidade torna o processo dubiamente social. A exclusão é fruto da reprodução do sistema capitalista e se torna efetivamente arraigada a ele, tornando-se um fenômeno global que produz a perda do capital humano e social. Já a inclusão social busca a integração dos marginalizados e é produto de políticas públicas que podem envolver governo e sociedade civil, dando acesso aos direitos comuns da sociedade e assim, acesso aos serviços sociais, produção, consumo e uso dos espaços públicos da cidade.

Dentro desta estrutura direcionada, de acordo com determinados interesses, a ocupação nos limites da metrópole foi acontecendo dentro de uma dinâmica marcada pela legitimação de múltiplos territórios que se alternam nos espaços da cidade. Dentre eles, encontra-se o que será chamado aqui de “*territórios do sexo*”.

Os territórios do sexo se dão em áreas específicas da cidade, onde a sociedade tolera a prostituição, mesmo com algumas restrições. Bordéis, boates, hotéis, casas de show, residências e a rua são os locais mais comuns onde se mercantiliza o corpo humano para o prazer sexual. Andrade e Teixeira (2004) designam os lugares como territórios de tolerância. A ação do Estado produz a segregação urbana socioespacial, nesse caso, deslocando a atividade para lugares mais distantes e promove, nas áreas desocupadas, a tal revitalização, cujo resultado é a valorização dessas áreas que “revitalizam” o circuito da especulação imobiliária, comercial e produtiva.

3. HISTÓRIA E PROSTITUIÇÃO NA CAPITAL MINEIRA

Belo Horizonte, demonstra a realidade do expurgo contra a prostituição de mulheres e travestis impressa no contexto histórico da construção da capital até os dias atuais. É fato que a cidade não foi projetada para a classe de baixa renda. Sua existência se deu na perspectiva de ser uma cidade administrativa do Estado de Minas Gerais, que abrigaria os funcionários estatais e visitantes donos do poder público e privado. Contudo, logo após a inauguração da cidade, no ano de 1897, a tentativa de esterilização urbana já ocorria com o plano de remanejamento de moradores invasores de edifícios na Praça Raul Soares, sendo levados a bairros sem a mínima infraestrutura.

Se moradores pobres não eram bem-vindos à nova capital, as prostitutas passavam por dois crivos da sociedade mineira. O primeiro é o da prostituição velada que se deu por acreditar que ela seria uma espécie de reguladora social, chamada, portanto, de “mal necessário”. A existência de programas sexuais permitia ao homem satisfazer suas necessidades carnis. De acordo com a antropóloga Regina Maria Mazzariol (1976), a prostituição, segundo as leis da família e da sociedade católico-cristã, aliviava os sentimentos mundanos do homem-provedor do lar, sendo assim, não importunava a mulher e imunizava seu lar da luxúria. Essa ideia, ainda existente nos dias atuais, institui na cidade uma espécie de regulação da atividade.

Essa representação cultural na cidade permite a existência das “casas de tolerância”, prostíbulos que recebiam condenação moral, contudo, não passavam pela proibição social. A regulação dessas casas era dada pelos médicos e pela polícia que mantinham a ordem criminal e salutar das profissionais do sexo. Para que esta regulação ocorresse, a ordenação social foi imposta aos grupos e as casas de meretrício deveriam ser localizadas em áreas específicas da cidade. Fator não só de controle, mas de intimidação. Instituiu-se então na cidade o que o jornalista e sociólogo Robert Ezra Park (1976) chama de “Região Moral”, que é definida por este como sendo um local no qual predomine uma série de assimilações morais, tendo como característica a reunião de condutas desviantes que vão da prostituição até o tráfico de drogas.

Segundo Luciana Teixeira de Andrade e Alexandre Eustáquio Teixeira (2004), a expressão “Zona” era destinada a regiões de meretrício e se localizavam na parte mais baixa da cidade.



Figura 01: Mapa de localização do Quadrilátero da Zona, antiga área de prostituição em hotéis no Bairro Centro.
Fonte: www.googlemaps.com.br (modificado)

No caso de Belo Horizonte, esta região é estrategicamente localizada próxima à rodoviária e a ferroviária. Sua localização se deu na intenção de receber os visitantes que chegavam à cidade por via férrea e rodoviária, principais meios de transporte da época. O escritor Pedro da Silva Nava denomina esta área como sendo o “Quadrilátero da Zona”. Esta área compreendia as ruas São Paulo, Rio de Janeiro, Guaicurus, Bahia, Caetés, Oiapoque e Santos Dumont, dando-se, portanto, a forma estrutural de um quadrilátero, como pode ser visto na ilustração 01.

Hoje, a segregação da prostituição no local pode ser vista na ilustração 02, onde se observa nitidamente a perda do espaço de trabalho das profissionais do sexo, compreendendo atualmente apenas as ruas 21 de abril, São Paulo e Guaicurus, denominado aqui de Cruz da Zona”.



- 1** Rodoviária de Belo Horizonte
- 2** Zona Grande (entroncamento das ruas Guaicurus e São Paulo)
- 3** Ferroviária e atual Estação Central do Metrô

Figura 02: Mapa de localização da Zona Grande, atual área de prostituição em hotéis no Bairro Centro.

Fonte: www.googlemaps.com.br (modificado)

No final do século XIX, início do Século XX, a prostituição de rua não era uma realidade comum, sua existência era rara e as mulheres comercializavam seus corpos em casas especializadas para tal fim. Andrade e Teixeira (2004) também descrevem a existência de quatro principais cabarés em Belo Horizonte. O Cabaré Palácio, também conhecido como Cabaré da Olímpia, uma cafetina estrangeira, provinda da Espanha que comandava o estabelecimento. Sua clientela era formada por homens abastados, da alta sociedade e políticos.

Cabarés como o Rádio e o Capitólio serviam champanhe e possuíam meretrizes nacionais e estrangeiras. Já o Curral das Éguas era considerado o “fim do poço”. Seu público era de pouco poder aquisitivo e as prostitutas eram mulheres afetadas pela velhice, drogas e doenças sexualmente transmissíveis.

A marginalização territorial da prostituição, ainda no início da nova capital, chama a atenção da sociedade mineira tradicionalista e impõe sobre o governo uma ação mais efetiva. Na década de 1920, é retirada a autorização de funcionamento de todas as casas de cafetinas e institui-se, neste mesmo período, a delegacia de Costumes e Jogos, reguladora oficial das atividades e do território do sexo no município, criando exigências direcionadas às casas de tolerância, às cafetinas e às mulheres de vida fácil, como eram chamadas as prostitutas. A exposição em vitrines como janelas e portas estava proibida, assim como o uso de trajes menores em vias públicas. Segundo Andrade (1987), no ano de 1927, a prefeitura de

Belo Horizonte institui o serviço de legitimação das meretrizes, registrando 733 prostitutas femininas no município.

Já no início do século XX, nascem na cidade os hotéis de batalha, prédios munidos de quartos que eram alugados diariamente pelas prostitutas e o papel da cafetina é trocado pelo do gerente que cumpre a obrigação de receber o aluguel e manter a ordem no local. Este sistema perdura até os dias de hoje.

A Grande Zona atualmente abriga 19 hotéis de meretrício num total de 2.500 a 3.000 mulheres se prostituindo por dia.⁷ As territorializações e desterritorializações da prostituição na capital mineira são indicativos de que as transformações do/no espaço e da sociedade capitalista atingiram o mercado do sexo em Belo Horizonte.

[...] profundas transformações na atividade da prostituição e em sua localização. Enquanto em períodos anteriores, a comercialização do sexo foi uma atividade predominantemente feminina e confinada em “regiões morais”, a partir dos anos setenta emerge a prostituição masculina, nas figuras de michês e travestis, altera-se consideravelmente a forma da prostituição feminina e há uma profunda reorganização espacial das atividades de prostituição na cidade (ANDRADE; TEIXEIRA, 2004, p. 148).

Parte da chamada Região Moral estava situada na Rua Bonfim esquina com a Rua Paquequer, bairro vizinho ao centro onde as ruas estão às margens da Avenida do Contorno onde se situa uma das principais entradas para o bairro Centro, também próximo à rodoviária e a algumas quadras do Quadrilátero da Zona.

Andrade e Teixeira relatam a transmutação da prostituição, não só pela forma como ela se dá, mas pela sua mudança espacial na constituição de novos territórios. A prostituição de travestis não se dava na Rua Bonfim pelo número de casas que ali existiam. Essa prostituição ocorria no centro, lugar de passagem e de poucas residências. Esta prostituição era adjacente ao “quadrilátero da zona”, no entanto, ainda havia travestis que locavam seus corpos junto aos prostíbulos femininos no Bonfim.

Já as travestis que preferiam ficar nas proximidades do bairro Bonfim faziam “ponto” na frente de hotéis e casas de prostituição, principalmente na rua Paquequer, ao lado de prostitutas mulheres, uma estratégia utilizada para não estigmatizar o lugar (MEDEIROS, 2001 apud TEIXEIRA; ANDRADE, 2004, p. 149).

Com a ascensão da metrópole belo-horizontina, a prostituição das mulheres e das travestis é modificada. Renascem os meretrícios de luxo na capital e a prostituição cria um novo território. O novo território de atuação das trabalhadoras do sexo se dá na região sul da capital, popularmente considerada como nobre. Contudo, a prostituição não se restringe a boates e casas de luxo. A avenida Afonso Pena recebe um novo público, travestis e prostitutas

que mudam seu trabalho, trocando a Rua Paqueta e a Rua Bonfim pela principal avenida da capital.

Walkiria La Roche, Coordenadora de diversidade Sexual do Estado de Minas Gerais, relata que esta transição não se deu de imediato. Antes que as prostitutas e travestis fossem para a Avenida Afonso Pena, elas se fixaram na Avenida Olegário Maciel no bairro Lourdes, e as profissionais trouxeram, junto com seu trabalho, o incômodo de sua presença. Representantes de moradores do bairro, realizaram uma reunião junto aos órgãos municipais, autoridades policiais e as profissionais, onde foram relatados inúmeros problemas. Em uma decisão amistosa, as profissionais decidiram se deslocar para uma área ainda mais central, a Avenida Afonso Pena.

A dinâmica de reterritorialização da prostituição de rua na cidade de Belo Horizonte pode ter-se dado de acordo com o mapeamento abaixo, segundo os relatos de Walkiria La Roche. É importante dizer que tal reterritorialização se deu pela pressão social exercida sobre as profissionais do sexo, fazendo com que elas se sentissem pressionadas a se relocar.

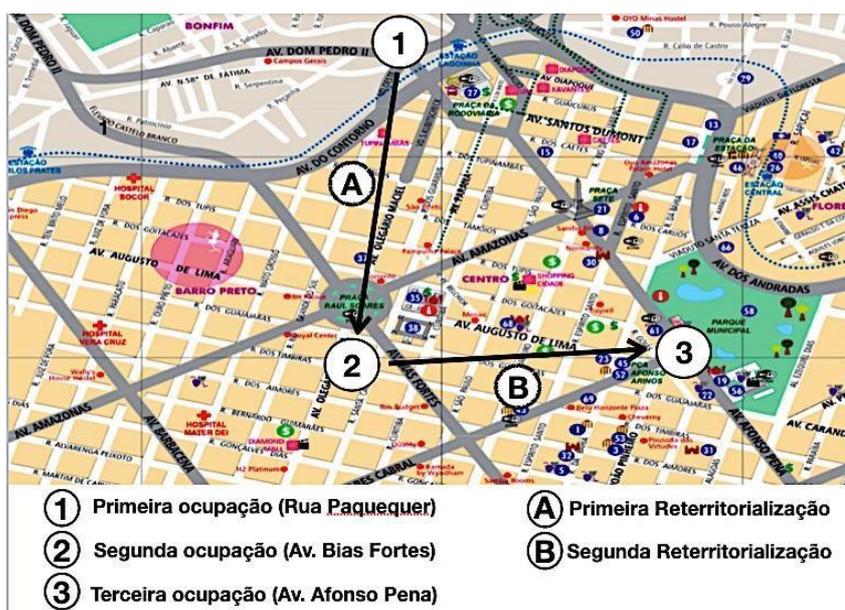


FIGURA 8: Mapa temporal da reterritorialização da prostituição de rua na cidade de Belo Horizonte.
FONTE: pbh.gov.br (modificado pelo autor).

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza determinadas ações) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN 1993, p. 143).

Ao pensar neste sintagmático ator citado por Raffestin, há de se pensar nos atores de formação espacial da Avenida Afonso Pena, ou seja, as travestis e as prostitutas que territorializam a prostituição neste espaço. Prostituição conhecida e reconhecida simbolicamente e espacialmente pela sociedade belo-horizontina e por seu governo.

Ao dar continuidade a suas ideias, Raffestin (1993, p. 144) coloca que:

O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder.

Ao se projetar no espaço através de ações e comportamentos, a prostituição toma posse do que Raffestin vai denominar de códigos, de sistemas sêmicos, realizando, portanto, as objetivações do espaço, produzindo assim processos sociais.

Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo tem com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação se dissolveria pura e simplesmente (RAFFESTIN 1993, p. 153).

Segundo Raffestin, é possível afirmar que o grupo de indivíduos que mercantilizam o sexo, ou seja, as prostitutas, os michês e as travestis são produtores de território e o delimitam.

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 7-8)

A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que ai se instalam [...]. O território nesta perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 143 apud SOUZA, 2001, p.96)

Souza (2001) relata em seus estudos que as grandes metrópoles modernas, diante de sua complexidade, demonstram o que ele chama de “territórios flexíveis”. De acordo com a observação colocada pelo autor, a metrópole Belo Horizonte é detentora destes territórios flexíveis. Diz ele:

O território da prostituição feminina ou masculina (prostitutas, travestis, michês), onde os “outros” tanto podem estar no mundo exterior em geral (de onde vêm os clientes em potencial) quanto, em muitos casos, em um grupo concorrente (prostitutas *versus* travestis), com os quais se pode entrar em conflito. Estes territórios, comumente encontrados naqueles locais próximos ao *Central Business District* (CBD), que se convencionou chamar *blighted áreas*, áreas de obsolescência ou “espaços deteriorados”, muitas vezes [...] são “apropriados” pelo respectivo

grupo apenas a noite. Durante o dia as ruas são tomadas por outro tipo de paisagem humana, típico do movimento diurno [...] (SOUZA, 2001, p. 88)

O mundo do exterior citado por Souza é uma expressão que remete à existência de dois mundos, um formado pela sociedade em geral; o outro formado pelo mundo marginal, também conhecido como submundo. A descrição do autor se encaixa a diversos panoramas de espaços territorializados pela prostituição na capital mineira.

As Avenidas Afonso Pena e Dom Pedro II, por exemplo, reproduzem a dinâmica apresentada por Souza, chamada pelo autor de territorialidade cíclica: durante o dia o comércio intenso e a circulação de mercadorias e pessoas, escritórios, moradores, restaurantes, bancos, dentre outros. Ao fim do expediente comercial, o cenário diurno se apaga e dá luz a outro comércio, ocupado pela mercantilização do sexo.

Segundo Souza (2001), o caráter cíclico deste tipo de territorialização, com uma alteração de uso habitual dos usos diurno (identificado como “decente”) e noturno dos mesmos espaços encontra-se representado pelo exemplo fictício do próprio autor demonstrado abaixo.

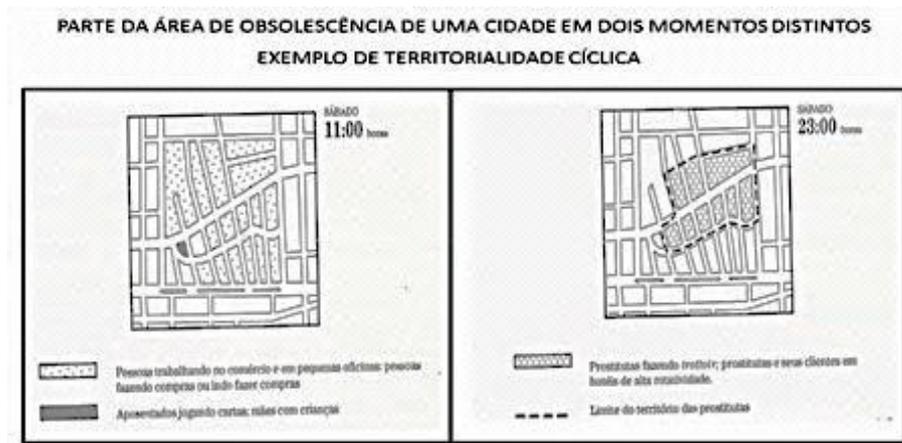


FIGURA 9: Representação fictícia da territorialidade cíclica em cidades.

FONTE: SOUZA, 2001, p.89

O geógrafo afirma que os territórios da prostituição são muito “flutuantes” ou “móveis”, ou seja, são instáveis se movendo constantemente, formando uma identidade relativa. Este conceito pode ser observado no testemunho de Aparecida Vieira, presidente da Associação das Prostitutas de Minas Gerais – APROSMIG, em que ela afirma que a ocupação da prostituição nas ruas da cidade se dá de acordo com os horários e movimentos de

transeuntes e, se algum espaço começar a ficar muito cheio ou obsoletos, novos lugares são ocupados.

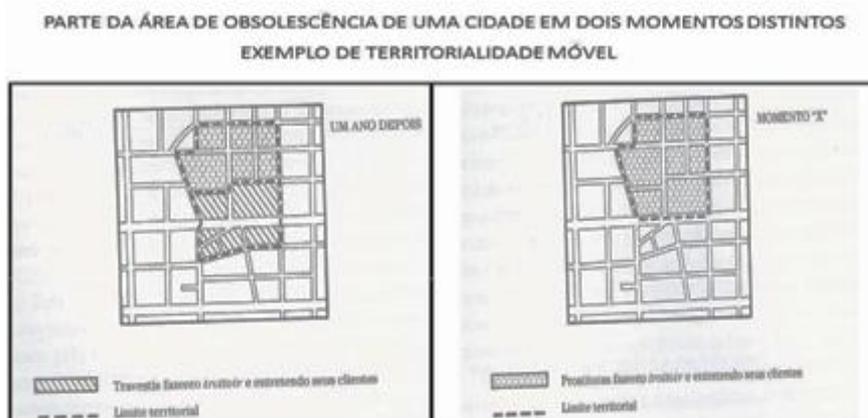


FIGURA 10: Representação fictícia da territorialidade cíclica em cidades.

FONTE: SOUZA, 2001, p. 90

Souza (2001) dispõe o conceito de espaço social e emaranha o homem na interação com um espaço transformando a natureza através do trabalho, dizendo:

Sem dúvida, sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território e não só de um espaço econômico: é inconcebível com um espaço que tenha sido alvo da valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém. Assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda a espacialidade social. (SOUZA, 2001, p.96).

Diante da perspectiva do geógrafo, a interação da prostituta e da travesti com o espaço dispõe a formação do território e também do espaço econômico, através da valorização do trabalho nele exercido, dispondo, assim, uma relação de poder não somente com o espaço.

O território, no entanto, não é formado apenas pela axiologia, mas pelo capital, ou seja, o sistema capitalista também é formador do território a partir do momento em que seus atores, os capitalistas, geram significados e valores a determinados espaços. A especulação imobiliária, econômica e comercial dada por estes autores impõe uma nova dinâmica territorial e afronta o espaço constituído pela prostituição.

No ano de 2007, o poder público do município de Belo Horizonte, encontra-se o Projeto de Lei número 450/07 de autoria do então Vereador Alexandre Gomes, que propôs a proibição do funcionamento de motéis, hotéis, pensões e albergues na “Cruz da zona”. O então vereador tinha pretensões de transformar a área em Área de Diretrizes Especiais (ADE),

visto que, segundo ele, a área se mostra degradada pelos inúmeros prostíbulos, casas de vídeos pornográficos e shoppings populares. Gomes desejava dar uma nova dinâmica ao local, favorecendo-o ao processo de revitalização urbana, requalificando a área para que se torne uma área residencial. O projeto de lei foi revogado por falta de quórum.

Apesar da revogação desse projeto, o assunto não foi esgotado. O jornal local “O Tempo” publicou, em 01 de outubro de 2009, a reportagem de Flaviane Paixão sobre a especulação comercial da região para a copa de 2014, que especulava a região para construção de empreendimentos de alto padrão. O projeto também não teve sucesso.

Desde 2016, a APROSMIG, luta para a construção do “Museu das Putas” (alinhado a uma biblioteca pública, que se dá através de um projeto voluntário que pretende reunir R\$ 1,6 milhão para revitalização de um casarão de 1920, situado na Cruz da Zona. No casarão tombado, uma das primeiras casas de prostituição da Guaicurus, funcionou a casa de massagens de Florinda, “nome de guerra” da mulher que habitou e trabalhou no local até a década de 1980. O imóvel ficou abandonado após a sua morte, sendo depois tombado pelo município. A perspectiva de inauguração é para o ano de 2022. Em entrevista publicada pelo sítio virtual da Notícias UOL, em 14 de setembro de 2019, Maria Aparecida relata:

O Museu do Sexo das Putas não é só o registro histórico da Guaicurus. É também uma forma de falar sobre a necessidade de dar direitos e políticas públicas às profissionais do sexo e também sobre a questão da violência contra as mulheres”, afirma Cida Vieira. É um direito delas serem vistas como mulheres trabalhadoras. É importante dizer: respeite o trabalho sexual das mulheres. É um trabalho digno como outro qualquer. É com esta renda que elas sustentam a casa, os filhos e a família.

Diante de toda a especulação comercial para a “Zona Grande”, o fato é que não havia destino para duas mil e quinhentas a três mil mulheres que ali trabalham.

A cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações (LEFEBVRE, 1999, P. 110-111).

Os dominantes do poder reproduzem o sistema e ordenam os espaços urbanos para que o uso do capital se dilate. Proporcionam a regulamentação dos espaços da cidade e sua apropriação territorial de acordo com interesses específicos, desconsiderando a apropriação de grupos marginais, como pode ser percebido no caso da desapropriação de territórios anteriormente ocupados pela prostituição.

O conflito de valores entre o capital e a prostituição para determinados espaços produz o conflito social desencadeando a segregação urbana socioespacial das profissionais do sexo.

4. A VOZ DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E DAS PROSTITUTAS

Dentre as metodologias propostas para a constituição desta pesquisa, estão entrevistas realizadas com entidades governamentais e não governamentais que trabalham diretamente com o público-alvo deste trabalho, prostitutas e travestis. Tais como, a coordenadoria de diversidade sexual do Estado de Minas Gerais; a Associação das Prostitutas de Minas Gerais; a Pastoral da Mulher Marginalizada; a Associação imobiliária de Belo Horizonte.

Walkiria La Roche, representante governamental entrevistada da SEDESE, afirma que questão da prostituição é de total conhecimento do Estado e que não se tem dificuldade do contato, assim como articulação com os movimentos sociais. Fato não identificado nas entrevistas com os grupos de profissionais do sexo e as entidades organizacionais que lidam com a prostituição, poderá ser observado que pouco ou nada se reconhece da ação ou articulação do Governo do Estado a favor desse grupo. Roche, afirma a inculpabilidade do Estado no que diz respeito à segregação espacial e culpabiliza a sociedade, mas afirma que a sociedade nunca teve sucesso. O mapeamento de perda do espaço de trabalho apresentado na página 09, demonstra o contrário.

Maria Aparecida Menezes, presidente da APROSMIG - Associação das Prostitutas de Minas Gerais, determina que o trabalho da prostituta é um trabalho como outro qualquer, pelo fato de girar a economia e desabafa, dizendo que o governo só tem olhos pras prostitutas em períodos eleitorais, mas que comerciantes apoiam a prostituição devido ao aumento de clientes. Já Fábio Lobato, diretor financeiro do Sindicato dos Imobiliários de Minas Gerais, diz o contrário, que moradores e comerciantes não desejam o convívio e que desvalorizam os imóveis e diz: “Nenhum pai se sente confortável que seu filho seja criado em um local de mau comportamento. É evidente que não condiz com a formação religiosa, social e familiar que advêm das famílias que moram no local onde a prostituição está. E afirma o desejo de uma segregação espacial como a ocorrida no início da cidade.

José Antônio, coordenador da APMM - Pastoral da mulher marginalizada, afirma que a Pastoral não tem intensão em retirar a mulher da prostituição. Ele declara que o Estado

reconhece territórios marginalizados e que existem por falta de políticas públicas e a insensibilidade social. Antônio afirma que pelo governo municipal, as prostitutas são consideradas mulheres de segunda categoria, não tem direito ao uso dos órgãos de saúde. E que a segregação urbana é uma realidade.

Sobre a integração de instituições, percebe-se, então, que não há integração entre nenhuma das partes, ou seja, Governo do Estado e Municipal, LGBT, APS-BH, PMMBH, APROSMIG e outros que trabalhem direta ou indiretamente com as prostitutas. A união destes órgãos pode possibilitar o empoderamento político, social e até econômico desses órgãos e favorece as profissionais do sexo, público-alvo de interesse dessas instituições.

O tratamento que se dá à mulher prostituta exposto por Antônio é a declaração exposta da discriminação e da segregação socioespacial imposta pelo poder público às profissionais do sexo. As relações de cabresto sobre sua cidadania e a sua ausência de pertencimento ao local definem o alto grau de exclusão das prostitutas, não só ao território político geográfico ocupado por elas, mas a falta de direito aos bens comuns do cidadão e acessibilidade ao direito da cidade e seu uso. A afirmação dessa alienação apresentada por Antônio está no fato da desconsideração da situação de cidadã da prostituta e da não consideração de sua existência no território geográfico e no espaço social e político. Ele afirma:

Se poderia pensar: quem é o autor desse 'espaço cultural'? Quem fez esse espaço cultural ser conhecido?! As mulheres são as protagonistas, exploradas, estigmatizadas. Muitas dela deram o sangue, literalmente, para que esse espaço fosse conhecido. Quando encontramos pessoas, moradores ou trabalhadores, que deixam sua vida por algum lugar, podemos dizer que essa pessoa deu seu próprio sangue por aquele lugar! A presença dessa pessoa nesse espaço é muito forte! É algo que vai além do econômico!

José Antônio diz que esse mecanismo tem muito a ver com o sistema econômico. E expõe:

[...] pode ser mais ou menos discutível, mas eu considero que o fator predominante dessa segregação é o próprio desenvolvimento capitalista, que já provocou essa segregação no passado, agora provoca de uma maneira peculiar, característica nessa época. Essas pessoas são consideradas material descartável. Não estou falando unicamente da prostituição de rua, estou falando também de outras pessoas que participam dessa situação de segregação, certamente como material descartável, material não útil ao sistema e não interessa.

Antônio defende a visão de que a prostituição de rua sofre sim a segregação e que o sistema não tem interesse nesse grupo. Diz que na visão economicista, estes

não são úteis e, portanto, sobram no sistema e que o centro como símbolo da cidade não pode permitir qualquer tentativa de lembrança dessas pessoas.

Precisamente a segregação tem uma consequência que converge essas pessoas aos sonhos e à sociedade, em traumas. E não se vê que se segregamos essas pessoas, não vamos considerá-las como humanos, elas não existem ou não têm a consideração e respeito. Embora possa parecer simplificador, o sistema econômico se aproveita, por exemplo, as próprias igrejas participam dessa cumplicidade? Sim! Mas o sistema econômico se aproveita das ideologias dessas igrejas para reforçar sua discussão, sua pressão, e usa também ONGS, associações e organismos para fortalecer essa segregação.

A visão das prostitutas se deu através de questionários que foram respondidos diretamente pelas profissionais, auxiliadas pelo pesquisador. Foram pesquisadas mulheres com idade entre os 18 e 57 anos, e que exercem a profissão há apenas 02 meses, assim como mulheres que já trabalham como prostitutas há 40 anos, não sendo possível estabelecer uma medida.

Das 20 prostitutas que foram entrevistadas, 14 (70%) vivem da dependência financeira do trabalho de prostituição, não tendo nenhum outro tipo de trabalho. Apenas 01 (5%) possui curso superior em enfermagem e permanece na prostituição, 01 (5%) é universitária, estudante de Odontologia, 02 (10%) são analfabetas, 08 (40%) possuem ensino fundamental, 08 (40%) possuem ensino médio. Apenas uma deseja voltar aos estudos.

Dentre as mulheres entrevistadas, 11 (55%) delas se consideraram discriminadas de alguma forma e 09 (45%) declaram jamais terem sido discriminadas. Das 20 mulheres pesquisadas, 13 (65%) delas dizem que nunca foram agredidas e 07 (35%) delas declaram que já foram agredidas de alguma forma por causa da sua profissão.

Sobre a quem as prostitutas atribuem as agressões e discriminações que sofrem em seu trabalho, 07 (35%) das entrevistadas declaram que nunca foram agredidas ou discriminadas, 04 (20%) foram agredidas ou discriminadas por clientes no momento de trabalho, 01 (5%) atribuiu a agressão ao companheiro, 01 (5%) a comerciantes e, por fim, 01 (5%) a transeuntes. O número de pessoas que não responderam foram 06, o que corresponde a 30% das pesquisadas. Ao serem tabulados estes dados, foi feito um comparativo com a agressão e discriminação direta que estas prostitutas já sofreram. 13 (65%) dessas mulheres dizem nunca ter sido agredidas e 09 dizem nunca ter sido discriminadas o que demonstra que entre 03 a 07 mulheres que não se consideraram agredidas ou discriminadas atribuíram responsabilidade de agressão e discriminação a alguém e podem estar ligadas a agressões e

discriminações próprias não declaradas, ou simplesmente a agressões vistas no seu trabalho no dia a dia.

Das prostitutas pesquisadas, 09 (45%) delas se sentem excluídas socialmente de alguma forma e 11 (55%) se sentem incluídas socialmente. Sabrina, natural de Uberlândia, que trabalha em Belo Horizonte há 02 anos, diz que na capital não se sente excluída, mas na sua cidade as coisas são bem diferentes. Barbara, há 11 anos na profissão, diz que a prostituta não tem valor e nem respeito social e por isso se sente excluída.

Das 20 mulheres pesquisadas, 15 (75%) delas não conhecem ou reconhecem a existência das políticas públicas voltadas para as profissionais do sexo e apenas 5 (25%) as percebem. Dentre as que percebem, muitas confundem políticas públicas com ações não governamentais.

No que tange ao reconhecimento das profissionais quanto à percepção de órgãos representativos como ONG's, pastorais, associações, dentre outros, voltados a ajudar, percebeu-se a inversão quanto ao reconhecimento governamental. Das entrevistadas, 14 (70%) delas conhecem ou percebem a presença e/ou atuação dos órgãos, enquanto 06 (30%) não reconhecem. Dentre elas, a PMMBH e a APROSMIG são as mais conhecidas. Somente 08 (40%) delas acreditam que os atuais programas de apoio profissional são eficazes diante da necessidade existentes, enquanto 12 (60%) não dão crédito aos programas, demonstrando que se faz necessária a ação mais eficaz desses órgãos.

Visando ainda a ação do Estado e da sociedade sobre o trabalho da mulher prostituta, foi questionado sobre as relações de boa convivência com as autoridades policiais e com os moradores e comerciantes nos locais onde a prostituição atua. Quanto à relação com os policiais, 02 (10%) das mulheres dizem que não há nenhum tipo de relacionamento, 01 (5%) diz que é ruim, 02 (10%) dizem que é regular, 12 (60%) das entrevistadas dizem que o relacionamento é bom e, por fim, 03 (15%) delas dizem que o relacionamento é ótimo. Quanto à relação com moradores e comerciantes, apenas 01 (5%) não respondeu, 01 (5%) disse que é ruim, 10 (50%) declaram serem boas as relações e 04 (20) declaram excelência nas relações sociais entre moradores/comerciantes com as prostitutas.

Percebe-se, então, que a maior parte das entrevistadas reconhece que o relacionamento social com os policiais é de boa qualidade, o que demonstra que, apesar da falta da presença efetiva do Estado nos territórios da prostituição, os agentes da segurança pública se mostram mais bem preparados ao lidar com este público. Compreendem-se estes

dados como uma afirmativa ao relato do SEDESE que identifica o trabalho de preparação e educação desta guarda.

Ao serem questionadas se têm perspectiva de melhorias para a profissão no local onde trabalham, 05 (25%) delas acreditam que sim, 04 (20%) mulheres dizem que talvez possa haver mudanças e 11 (55%) delas desacreditam em qualquer tipo de mudança. Rose, há 10 anos na profissão, diz que as melhorias seriam apenas para que as prostitutas pudessem se distrair (fazendo referência a um tipo de lazer), ou para que elas saíssem da prostituição.

A falta de credibilidade nas ações governamentais e sociais para a melhora dos espaços onde a prostituição se estabelece, também pode ser percebida nos questionamentos feitos às prostitutas. Acredita-se que a incredibilidade desse grupo provenha da falta de diálogo entre as partes, ou seja, entre as profissionais do sexo, as organizações de interesse público, as organizações de interesse do grupo, a sociedade e o governo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionar toda a problemática da segregação nesta pesquisa seria impossível, assim como lidar com o todo que circunda a segregação urbana socioespacial. No entanto, trabalhar com o tema específico sobre a segregação urbana socioespacial que incide sobre as profissionais do sexo na cidade de Belo Horizonte se mostrou extremamente importante, diante do desamparo social sofrido por este público e a possibilidade de melhorias através da discussão e ações para o grupo e para o território urbano em que está inserido.

Belo Horizonte ainda parece estar sob o plano simbólico que desejou romper com o velho e o arcaico em nome do moderno e da modernidade no início da história da capital mineira. Para tal, continua a reforçar os laços mandonistas, segregacionistas e amputadores da liberdade política e social, reflexo de um sistema ainda arcaico.

Apesar dos avanços advindos da revolução sexual no último século, a liberdade de trabalho das prostitutas e travestis continua, segundo a visão de LANGANEST (1997), ou seja, a prostituição ainda possui um caráter negativo diante da sociedade e do governo que continuam até os dias de hoje a condená-la e marginalizá-la, contudo, essa sociedade que a inviabiliza também continua a sustentá-la através da procura pelo sexo pago. As profissionais do sexo atualmente continuam alvo do impulso moralista dos grupos sociais dominantes através da higienização material e simbólica. Além disso, a similaridade continua em organizações como a Pastoral da Mulher Marginalizada, onde há cursos de uma espécie de

reabilitação, numa tentativa de retirar essas mulheres do que chamam de “estado de prostituição”.

O controle dos indesejados no município de Belo Horizonte também caminhou com a cidade desde o início de sua criação e perdura até os dias atuais. Os arcaicos conceitos de políticos de 1912, parecem ainda recair sobre os atuais fomentadores de lei no município. A criação de registro de mendigos e prostitutas nos primeiros anos da capital, a retirada de sem tetos da área central, o deslocamento das casas de prostituição para bairros marginalizados fora do alcance da paisagem urbana, a retirada das profissionais do sexo do Bairro Lourdes, e o projeto de lei 1.450/07, a tentativa de retirada das prostitutas pelo evento da copa de 2014, configuram a presença histórica da segregação urbana socioespacial na metrópole Belo Horizonte e a continuidade da segregação e da higienização na capital.

Diante da sua real presença na cidade, as prostitutas e travestis ocupam seu espaço de trabalho nas ruas, casas, cabarés, hotéis, dentre outros. Essa prostituição territorializa, desterritorializa e reterritorializa o espaço pelo seu trabalho. Os cidadãos belo-horizontinos, sejam eles jovens, adultos, mulheres ou homens, conhecem ou reconhecem tais locais como zona de meretrício. Este poder exercido pelo trabalho e defendido pelo mesmo autor como um fenômeno de territorialização, ou seja, as relações existentes pela ação, pelo trabalho, pela presença, pelo reconhecimento, dentre outros fatores, formam e afirmam a territorialização simbólica da prostituição na capital mineira.

O sistema do capital faz especulações econômicas dos locais ocupados pela prostituição no urbano. Dentre estas especulações, encontra-se a área da Grande Zona, que, desde sua criação, sofre interesses de intervenção. Dentre estas especulações, jamais foram regidos quaisquer interesses ou projetos voltados direta ou indiretamente para as profissionais do sexo que ocupam e territorializam o local. Novas casas de tolerância se abrem na cidade de forma camuflada e a prostituição tende a se pulverizar na metrópole, descentralizando-se.

A falta de acesso aos direitos à cidade não está expressa apenas na tentativa de expurgar a prostituição do seu espaço territorializado. Ela também se mostra na falta de acesso aos bens comuns e de direito do cidadão. Os serviços que são negados à prostituta, determinam a segregação aos serviços de bens sociais comuns a todos e quaisquer cidadãos. Tal fato exclui a prostituta do direito ao território político geográfico, aos bens comuns e básicos do cidadão, ao direito ao uso da cidade e ao acesso à assistência governamental. Tal fato define, segundo o olhar de Villaça (2003), a segregação urbana das prostitutas.

As perdas do espaço da prostituição na capital mineira não se deram somente no deslocamento da prostituição de rua através dos tempos. O antigo Quadrilátero da Zona, perdeu sua geometria. Atualmente, a zona ocupa menos de um terço do espaço que era ocupado no passado e é chamada de Grande Zona. Este fenômeno descreve a segregação segundo Villaça (2003), demonstrando esta segregação na forma de exclusão social, apresentada na dimensão espacial.

O fato parece não incomodar o governo estatal que, segundo Walkiria La Roche, está disposto a tratar de demandas sociais, fomentar diálogos e propor intervenções. Não há como negar a existência da demanda numa cidade, onde segundo a APROSMIG, é possível que haja mais de quatro mil prostitutas ocupando a área central da cidade, seja na rua, em hotéis de batalha, casas de tolerância, boates, casas de show, dentre outros. O governo exclui as travestis e prostitutas da participação e vivência social ao negar sua participação nas decisões da cidade e do local onde trabalham, negando também o direito à coletividade e à democracia.

Compreende-se que seria função de uma gestão social o papel de preencher o espaço das relações, situado no espaço vazio deste triângulo. Segundo Dowbor (1999), cabe à Gestão Social a reorganização social, portanto, seu papel pode-se dar na dinâmica de interlocutora social, organizando e redefinindo as relações políticas, econômicas e sociais, promovendo diálogos, decisões, integração e até fusão entre os atores estatais, sociais e as profissionais do sexo.

Segundo Carvalho (1999), é compromisso da Gestão Social assegurar ao cidadão (dentre eles as prostitutas e travestis) por meio de políticas e programas públicos acesso a bens como a saúde, educação, moradia, trabalho, segurança, dentre outros. Estes acessos sempre foram restritos às profissionais do sexo. O direito à saúde é restrito, visto a falta de acesso aos serviços públicos próximos aos locais de trabalho. O acesso à educação, mesmo que de formação laboral, também é negado ou restrito. O acesso ao reconhecimento da moradia, mesmo que temporária, como nos hotéis de tolerância com direito ao uso dos serviços públicos locais também é restrito, assim como o acesso ao direito básico de reconhecimento do trabalho exercido e aos direitos e deveres sobre este.

Ressalta-se o fato de que a Gestão Social não deve gestar apenas processos, executar, ordenar, organizar e avaliar como já exposto anteriormente. Mas deve intervir, criar, dinamizar recursos e políticas públicas que viabilizem não só a integração, mas a reintegração

da mulher e da travesti prostituta no corpo social, mediante seu real e igualitário direito e dever como cidadãs, promovendo qualitativamente a harmonia social. Segundo Carvalho (1999), a Gestão Social é a gestão das demandas das necessidades do cidadão, portanto, é fato que as profissionais do sexo, mediante sua segregação socioespacial, são excluídas dos seus direitos como cidadãs.

Como um dos fomentadores de diálogo, o reconhecimento das ONG's foi algo levantado nesta pesquisa. O número de entrevistadas que reconhecem o trabalho das ONG's se mostrou muito mais intenso entre as mulheres do que entre as travestis. Esse fato talvez se dê pelo menor número de ONG's que trabalha com o segundo público. Mesmo com 20 (77%) das entrevistadas (re)conhecendo as ONG's, ao analisar quantas delas já participaram de alguma ação promulgada por essas organizações, apenas 04 (12%) disseram já se ter envolvido nas atividades dos órgãos. O reconhecimento pode representar uma boa ação de diálogo, uma boa propaganda ou uma política existente por parte das ONG's, no entanto, é certo que suas ações devem ser intencionadas no que diz respeito à participação do seu público alvo, visto que, mesmo conhecendo ou reconhecendo seus trabalhos, o número de participações se mostra irrisório.

A segregação urbana socioespacial da prostituição em Belo Horizonte gera inúmeros conflitos a este grupo como a falta de acesso e/ou restrição ao uso da educação, do trabalho legal, da saúde, da família, do território, da religião e de tantos outros apresentados nesta pesquisa. Diante dos conflitos, percebe-se a exclusão tridimensional colocada por Rattner (1999), a dimensão material e objetiva da desigualdade social e econômica; a dimensão ética da injustiça social e dos preconceitos e a dimensão subjetiva de sofrimentos impostos a milhões de seres humanos.

Baseado na concepção de Carvalho (1999), fazem-se necessários programas, projetos e políticas sociais como canais de diálogo que visem às necessidades e demandas das profissionais do sexo, e daqueles que vivem e convivem no espaço ocupado por estas profissionais como moradores, trabalhadores e transeuntes. Mas esta não é uma função exclusiva da Gestão Social, devendo partir do Estado em conjunto com a sociedade através das suas mais diversas formas e mecanismos de auto-organização, ou seja, a responsabilidade social se dá de forma compartilhada e cabe ao Estado, às ONG's, às organizações, às associações, aos moradores, aos comerciantes, às profissionais do sexo e outros que se

reúnam, dialoguem e formatem uma nova dinâmica, um novo sistema que promova o equilíbrio e a integração social, apartado da segregação urbana socioespacial.

Diante do exposto por Dowbor (1999), é importante para o sistema capitalista o equilíbrio social pela possibilidade de desenvolvimento econômico do próprio espaço de interesse, sendo este equilíbrio uma possível ferramenta a favor do crescimento e desenvolvimento econômico. Não há intuito aqui de demonizar o sistema capitalista e a sociedade contemporânea, contudo, há de se compreender que a desvalorização do território não está apenas na desvalorização econômica. Há, então, de se propor novos modos de ação, fundamentados numa gestão participativa, como reflete Castoriadis (1983, p. 22):

A liberdade numa sociedade autônoma exprime-se por duas leis fundamentais: sem participação igualitária na tomada de decisões, não haverá execução; sem participação igualitária no estabelecimento da lei, não haverá lei. Uma coletividade autônoma tem por divisa e por autodefinição: nós somos aqueles cuja lei é dar a nós mesmos as nossas próprias leis.

Enquanto, de um lado, a sociedade e o governo marginalizam e invisibilizam as profissionais do sexo, com valorização do capital e a melhoria do visual da cidade, do outro, estão as profissionais que tendem a se manter resistentes em sua existência a “pedido” do próprio mercado, pela lei da oferta e da procura proporcionada pela própria sociedade que a sustenta, ou pela falsa promessa às prostitutas e travestis de liberdade de uma vida melhor. As expectativas de vivência e convivência entre sociedade, governo e profissionais do sexo tendem, diante do exposto, a se manter no mesmo formato e patamar de estigmatização, segregação e higienização, caso não haja uma intervenção social e política participativa. Uma responsabilidade que não cabe somente aos governos, mas à sociedade civil e suas organizações.

Segundo Engels (1985), o capitalismo transforma a cidade em células. Alegorizando, pode-se dizer que isso não a desobriga a deixar de formar um corpo, ao contrário, o corpo só é possível mediante a organização e multiplicação das células. A má formação das células através da segregação urbana socioespacial deixa a cidade enferma numa espécie de câncer social, político e econômico. Faz-se necessário cuidar coletivamente da saúde social da cidade.

Diante do exposto, deixa-se aqui a importante ideia de José Antônio:

Espera-se que os poderes públicos e a sociedade civil olhem de frente essa realidade e procurem deixar de lado qualquer tipo de preconceito e que elas sejam

consideradas realmente como o que são: cidadãs, mães e mulheres responsáveis também pela caminhada da sociedade civil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, L. T; TEIXEIRA, A. E. A territorialidade da Prostituição em Belo Horizonte. Caderno Metrópole, n. 11, p. 137-157, 1  sem. 2004

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Assistência Social: reflexões sobre a política e sua regula o. São Paulo:Cortez. 2005.

DOWBOR. L. A gestão social em busca de paradigmas. In: Gestão Social: uma questão de debate. São Paulo: EDUC; IEE, 1999.

ENGELS, F. A Situa o da Classe Trabalhadora na Inglaterra. Tradu o: Rosa Camargo Artigos e Reginaldo Forti. São Paulo: Global. 1985.

KORNIN, T. MOURA, R. Metropoliza o e Governança Urbana: Rela es transescalares em Oposi o a Práticas Municipalistas. GEOUSP - Espaço e Tempo, n  16. São Paulo, 2004.

LANGANEST, J.P. Barruel de. Mulheres em leilão: Um estudo da prostitui o no Brasil. Petrópolis:Vozes. 1973.

LEFEBVRE, Henri. A revolu o Urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

Lefebvre Henri, O direito   cidade, São Paulo, Ed. Moraes, 1991.

MAZZARIOL, Regina M. Mal necessário: ensaio sobre o confinamento da prostitui o na cidade de Campinas. UNICAMP. 1976. Disponível em <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281413>>. Acesso em 28 jul.2020.

PAIXÃO, Flaviano. Jornal O Tempo on-line. Disponível em <http://www.direitoshumanos.etc.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4807:blo-horizonte-prostibulos-na-guaicurus-podem-ser-trocados-por-hoteis-de-luxo&catid=1:latest&Itemid=175> Acesso em 26 maio2020

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradu o de Maria Cecília França. São Paulo:  tica, 1993.

RATTNER H. Planejamento Urbano e Regional. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

ROLNIK, R. O que   a cidade. 3 ed. Pinheiros,SP: BrasiliensE, 1988.

SANTOS, M. O retorno do território. Debates. OSAL255. Ano VI, n  16 ENERO-ABRIL. 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEAK, CSABA & SCHIFFER, Sueli R. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo:USP, 1999.

SITES

Disponível em <http://www.correiadoestado.com.br/noticias/travesti-de-cuiaba-e-1-a-contribuir-com-o-inss-como-do-ramo_103983/> Acesso em 20 maio. 2020.

Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/anotada/2327864/art-229-do-codigo-penal-decreto-lei-2848-40>> Acesso em 20 maio. 2020.

Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/anotada/2327527/art-231-do-codigo-penal-decreto-lei-2848-40>> Acesso em 20 maio. 2020.

Disponível em <<http://www.letradamusica.net/carlos-bahr/pecado.html>> Acesso em 20 maio. 2012.

Disponível <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/07/14/bh-tera-museu-do-sexo-das-putas-para-abrigar-memoria-de-sua-zona-boemia.htm>> Acesso em 21 set. 2020.

CIUDAD PROSTITUTA: entre la territorialización y segregación de los comerciantes sexuales en la ciudad de Belo Horizonte-MG.

RESUMEN

La segregación urbana socioespacial, a lo largo de la historia, ha estado ligada a factores como religión, credo, color, raza, estatus social, profesión, etc. Definición de personas y territorios. Es evidente sobre las clases directamente impactadas, como prostitutas, entre otras. Este grupo tiene acceso limitado o nulo a los servicios y bienes sociales, así como a los espacios de la ciudad. La territorialización y desterritorialización de espacios en la metrópoli debido al conflicto entre la producción territorial de prostitución y la producción territorial de capital en la ciudad de Belo Horizonte son el principal objetivo de esta investigación. Consiste en el estudio sobre la prostitución callejera y la prostitución de hoteles en la región central de la capital minera. El artículo es el resultado de una investigación bibliográfica científica, formal, documental, análisis cartográfico temporal, entrevistas a instituciones, públicos objetivo y adyacentes, buscando presentar desarrollos sobre los impactos que la segregación urbana socioespacial provoca en la dinámica de la ciudad de Belo horizonte. y sus ciudadanos.

Palabras clave: Territorio, Espacio, Segregación social, Prostitución y su posible remediación.

PROSTITUTE CITY: between the territorialization and segregation of sex traders in the city of Belo Horizonte-MG.

ABSTRACT

Socio-spatial urban segregation has, throughout history, been linked to factors such as religion, creed, color, race, social status, profession, etc. Defining people and territories. It is evident about the classes directly impacted, such as prostitutes, among others. This group has limited or no access to services and social goods, as well as to city spaces. The territorialization and deterritorialization of spaces in the metropolis due to the conflict between the territorial production of prostitution and the territorial production of capital in the city of Belo Horizonte are the main objective of this research. It consists of the study on street prostitution, and the prostitution of hotels in the central region of the mining capital. The article is the result of scientific, formal, documentary bibliographic investigation, temporal cartographic analysis, interviews with institutions, target and adjacent audiences, seeking to present developments on the impacts that socio-spatial urban segregation causes on the dynamics of the city of Belo Horizonte and its citizens.

Keywords: Territory, Space, Social Segregation, Prostitution and its possible remediation.

Recebido: 22/02/2021

Aceito: 01/02/2022